

JORNAL DO SENADO

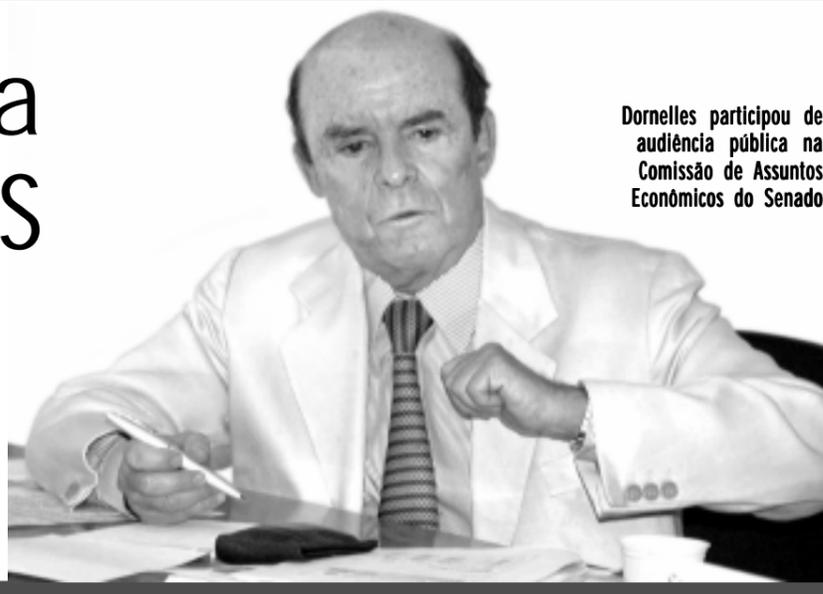
ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.314 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 2001

Audiência busca saída para correção do FGTS

Ministro do Trabalho pede pressa na votação do projeto que corrige contas do fundo. Senador José Alencar apresentou substitutivo para evitar que empresas sejam oneradas.

PÁGINA 3



Dornelles participou de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

LEIA HOJE

ENERGIA

Comissão mista decidiu ontem ouvir três ministros e quatro governadores sobre crise de energia.

PÁGINA 7



MPs

Amir Lando sugere que proposta que regulamenta edição de MPs seja aprovada para vigorar num próximo mandato.

PÁGINA 2



Política agrícola

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto estabelecendo que instrumentos de política agrícola, como pesquisa, assistência técnica e crédito,

deverão orientar-se pelos planos plurianuais (PPAs). A proposta só depende agora da sanção do presidente da República para se transformar em lei.

PÁGINA 5

LDO

Comissão realiza terça e quarta-feira reuniões para debater LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

PÁGINA 4

CONGRESSO

Diversos créditos suplementares, totalizando R\$ 598,8 milhões, foram aprovados pelo Congresso.

PÁGINA 5



Audiência na Subcomissão de Cinema do Senado

DEBATE

Ministro Francisco Weffort diz que cinema brasileiro pode entrar na escala industrial, gerando lucros.

PÁGINA 6

Mauro Miranda abre seminário da Interlegis em Goiás



Mauro

A Assembleia Legislativa de Goiás sediou ontem Seminário Regional da Interlegis (Centro-Oeste). Representantes do Senado, de câmaras municipais e da própria assembleia participaram do encontro, aberto pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que representava o presidente do Senado, Jader Barbalho.

Mauro Miranda comemorou a adesão do Legislativo goiano à Interlegis — sistema que interliga parlamentos nos níveis federal, estadual e municipal. No encerramento, foi lançado o Portal Senado Wap. O sistema permite a recepção, por meio de telefone celular com acesso à Internet, de informações da Agência Senado, da ordem do dia, sobre os senadores, a Mesa do Senado e as comissões da Casa.

Deputados estaduais pedem o fim de voto secreto

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem uma comitiva de representantes de assembleias legislativas. Os deputados estaduais vieram a Brasília a fim de pedir o apoio dos presidentes do Senado e da Câmara à proposta de emenda à Constituição do senador Tião Viana (PT-AC) que extingue o voto secreto nos processos de cassação de mandatos parlamentares.

Segundo Tião Viana, o presidente da Casa manifestou seu apoio à proposta de emenda e comprometeu-se a acelerar a tramitação da matéria.

Jader recebe futuro presidente do STM

O ministro Olympio Pereira da Silva Junior, do Superior Tribunal Militar, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Jader Barbalho. O ministro assume no próximo dia 20 a presidência da instituição. Ele será o segundo civil a assumir o cargo, ao longo de toda a história do tribunal.

Lando sugere regulamentação de MPs para próximo governo

Esta seria a forma de "fugir da cadeia de pressões e interesses" que impede a aprovação da proposta em tramitação no Congresso

O senador Amir Lando (PMDB-RO) sugeriu ontem, "para fugir da cadeia de pressões e interesses", que a regulamentação das medidas provisórias seja aprovada para vigorar a partir de um próximo mandato presidencial.

— É hora de dizer que ninguém quer regulamentar a matéria durante esta legislatura. Não tenho dúvidas disso, porque não interessa ao Poder Executivo. Os partidos que têm representação nesta Casa e que servem de sustentação vão sempre se alinhar à vontade do Poder Executivo — argumentou.

Amir Lando afirmou que, desde 1991, defende que as medi-



Reedição de MPs é criticada desde 1991 por Lando

das provisórias não podem ser reeditadas. Para o senador, as medidas provisórias instituem no país uma ordem que não é legal nem constitucional. "No Brasil há uma ordem, que é a Constituição federal, o resto é desordem", opinou.

Segundo o senador, o país está diante de uma crise institucional em que o Poder Judiciário é exercido por meio de julgamentos na mídia e, em outros momentos, o Poder Executivo legisla. "Só o poder limita o poder, é preciso um esforço hercúleo para manter as instituições e a democracia que ainda claudica no país", disse.

Lando afirmou que as MPs conferem ao chefe do Executivo um poder monocrático e isso já teria natureza praticamente institucional, pois todos os ocupantes do cargo usam e abusam da prerrogativa e continuarão fazendo isso graças à prerrogativa constitucional "mal interpretada". "Isso acontecerá ao infinito enquanto houver conivência do Congresso Nacional", advertiu.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), discordou de Lando, e afirmou que o governo espera que a Câmara dos Deputados chegue a um consenso sobre a matéria — que regulamenta a emissão de MPs e está em exame naquela Casa — e que vote o assunto o mais breve possível, uma vez que a sociedade reclama urgência.

Lobão ressalta desempenho do Senado

O senador Edison Lobão (PFL-MA), 1º vice-presidente do Senado, contestou hoje, em Plenário, notícias veiculadas pela imprensa de que a Casa estaria paralisada. Ele afirmou que não são verdadeiras as informações de que o Senado não vota mais nada e de que as comissões não têm quórum para deliberar, o que estaria atrasando a tramitação dos projetos.

Lobão fez um balanço das atividades legislativas entre 29 de janeiro a 30 de abril último, revelando que, nesse período, 164 proposições foram apreciadas. Ele acrescentou que, desse total, 14 projetos foram aprovados e enviados à sanção presidencial; outros 33, após aprovados, foram enviados à revisão da Câmara dos Deputados; 101 propostas foram aprovadas e enviadas à promulgação, entre as quais 97 referentes à

outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviços de radiodifusão. Além disso, dois chefes de missão diplomática foram sabatinados, e dois ministros de Estado estiveram na Casa atendendo a convocações dos senadores, enumerou.

— Portanto, o Senado não está paralisado. Ao contrário, tem estado em plena atividade, mantém inteira a sua febril atividade parlamentar, e nós, senadores, bem o sabemos pelas tarefas que nos são atribuídas sem pausas para descansos — salientou Lobão.

O senador acrescentou que se avizinha da pauta de debates do Se-



Lobão: só este ano a Casa apreciou 164 matérias

nado uma das mais polêmicas propostas que já tramitaram no Congresso — a reforma tributária. Essa reforma, "objeto de muita controvérsia e tantos impasses", ainda encontra-se na estaca zero, porque os governos federal, estaduais e municipais não conseguem chegar a um denominador comum, disse ele.

Segundo Lobão, uma reforma tributária justa e correta deverá seguir os princípios básicos de simplificar o sistema tributário; reduzir a sonegação; ampliar a base tributária; melhorar a competitividade dos bens e serviços brasileiros, e, sobretudo, distribuir renda.

Simon pede apuração de denúncias

Em aparte ao senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), pedindo permissão para falar sobre assunto diferente, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou preocupação com as denúncias feitas pelo ex-senador Antonio Carlos Magalhães sobre a existência de "caixa dois" na campanha eleitoral do presidente Fernando Henrique Cardoso, conforme foi noticiado na imprensa.

— Segundo Antonio Carlos, o presidente encarregou Eduardo Jorge de recolher contribuições irregulares de empresários para a campanha. Ele garante ter provas e ser capaz de citar vários nomes de pessoas que deram dinheiro "por debaixo dos panos". O Planalto não pode deixar de responder — disse.

O senador disse que o governo precisa interpellar judicialmente Antonio Carlos, porque esse tipo de denúncia não pode ser ignorada. Nem mesmo Fernando Collor foi acusado de corrupção tão diretamente, observou.

Ornelas lamentou que Antonio Carlos não tivesse podido fazer suas denúncias da tribuna e afirmou que Simon foi um dos seus algozes no episódio da violação do painel.



Simon defendeu interpeção de Antonio Carlos

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 2001

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

ESPECIAL

9h às 12h — Debate sobre a crise no setor energético. Os consultores legislativos do Senado David Waisman, Márcia Bialo e Omar Abbud estarão analisando a origem e a evolução da atual crise de energia elétrica, suas características e perspectivas de curto e longo prazos. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: **Jader Barbalho**
1º Vice-Presidente: **Edison Lobão**
2º Vice-Presidente: **Antonio Carlos Valadares**
1º Secretário: **Carlos Wilson**
2º Secretário: **Antero Paes de Barros**
3º Secretário: **Ronaldo Cunha Lima**
4º Secretário: **Mozarildo Cavalcanti**
Suplentes de Secretário: **Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos**

Diretor-Geral do Senado: **Agaciel da Silva Maia**
Secretário-Geral da Mesa: **Raimundo Carreiro Silva**
Diretor da Sec. de Comunicação Social: **Carlos Augusto Setti**
Diretora de Divulgação e Integração: **Andréa Valente da Cunha** (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: **Maria da Conceição Lima Alves** (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: **Marcos Dantas de Moura Magalhães** (61) 311-3327
Editores: **Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa**
Diagramação: **Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda**
Revisão: **Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho**
Fotos: **Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo**
Arte: **Cirilo Quartim**

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: **Praça dos Três Poderes Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar Brasília - DF - 70165-920**

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Jader Barbalho não vê motivo para convocação extraordinária do Congresso Nacional em julho

Jader aponta quatro prioridades na pauta do Congresso

O presidente do Senado, Jader Barbalho, apontou na manhã de ontem quatro prioridades para votação antes do recesso de julho do Congresso Nacional. Segundo Jader, os senadores deverão examinar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – sem cuja aprovação o recesso parlamentar não começa –, a nova Lei das Sociedades Anônimas, o projeto que disciplina o pagamento das perdas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a regulamentação do Fundo da Pobreza.

No entender do presidente, não há razão para a convocação extraordinária do Congresso em julho, iniciativa que implicaria despesas com o pagamento dos parlamentares. Para funcionar durante o recesso, será eleita na última sessão ordinária deste período legislativo uma comissão representativa.

Com relação ao noticiário dando conta de que um novo relatório está em final de elaboração abordando o possível envolvimento de seu nome com o desvio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará) à época em que ele era governador do estado, o presidente do Senado comentou, com ironia:

– Já se passaram 17 anos e eu imagino que poderemos ter esse tema em pauta por mais 30 anos, até porque a notícia está atrasada quando fala do terceiro relatório, já que há um quarto relatório em elaboração, um grupo preparando o quinto e até a organização de outro grupo para produzir um sexto.

Jader disse não concordar com interpretações que apontam uma intenção do Banco Central de atingi-lo ou desgastá-lo com esses relatórios. Ele também não acredita que o presidente da República possa ter qualquer interesse nisso. “O presidente tem coisa mais séria a tratar e, na escala de valores, os casos Marka e FonteCindam são um pouquinho maiores”, concluiu.

Dornelles pede aprovação rápida do projeto que corrige saldo do FGTS

Ministro do Trabalho e Emprego diz na CAE que a votação da proposta ainda neste semestre permitirá o início do pagamento aos beneficiários em junho de 2002

Em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, pediu que o projeto de lei do governo que prevê a criação de contribuições para a correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) seja aprovado pelo Senado antes do recesso parlamentar de julho. Isso, segundo o ministro, viabilizará o pagamento, a partir de junho de 2002, a 60 milhões de trabalhadores, de R\$ 40,6 bilhões referentes a reajustes não creditados nas contas do FGTS por ocasião dos planos econômicos Verão e Collor I, em 1989 e 1990.

O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), afirmou que a matéria será incluída na pauta da reunião da próxima terça-feira, quando deve ser votado o relatório do senador Romero Jucá (PSDB-RR). Aprovado o parecer na comissão, o projeto, que foi aprovado pelos deputados com alterações, estará pronto para ser votado em Plenário e, caso não haja alterações no Senado, a matéria seguirá à sanção presidencial.

José Alencar apresenta substitutivo para não onerar empresas

O senador José Alencar (PMDB-MG) apresentou substitutivo ao projeto de lei sobre a correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que será analisado pelo relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Romero Jucá (PSDB-RR). Por acreditar que a proposta do governo onera as empresas, Alencar sugere que o patrimônio líquido atual do FGTS seja capitalizado por meio de aplicações financeiras dos recursos do fundo.

– A proposta do governo aumenta os encargos sociais das empresas. Os problemas de-



Francisco Dornelles fala na audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, ao lado dos senadores Lúcio Alcântara e José Alencar

to para ser votado em Plenário e, caso não haja alterações no Senado, a matéria seguirá à sanção presidencial.

Com a lei, Dornelles disse que será possível divulgar os nomes dos beneficiados em março de 2002, pela Internet, para que, depois de assinado um contrato de adesão em que o trabalhador deve abrir mão de ações na Justiça, o pagamento seja feito, a partir de junho, para aqueles que têm até R\$ 1 mil a receber, e que totalizam 89,8% do total dos beneficiários. Apesar de a proposta não obrigar os trabalhadores a aceitarem as

condições estabelecidas, o ministro acredita que o acordo será vantajoso para todos.

Dornelles afirmou que a Câmara aperfeiçoou o texto original, eliminando o deságio no crédito para aqueles que têm até R\$ 2 mil a receber, em vez de R\$ 1 mil, como propunha o governo. Além disso, quem tem mais de R\$ 2 mil a receber terá deságios progressivos (veja quadro).

Como relator da matéria, Jucá parabenizou o ministro pela ampla negociação feita na Câmara dos Deputados, que permitiu a aprovação de um projeto que

viabiliza uma solução para a dívida. Ele elogiou diversos pontos da proposta e disse que o deságio será muito pequeno.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) lamentou a decisão do Poder Judiciário e a atitude de jogar nas mãos do Executivo a responsabilidade por encontrar o dinheiro, apesar de se tratar de um fundo formado por recursos de trabalhadores e empregadores. A dívida de R\$ 40,6 bilhões, disse, poderia ameaçar inclusive a estabilidade da economia.

Francisco Dornelles observou que a quebra do FGTS representaria um grande problema social, pois, além da finalidade original, os seus recursos, aplicados em obras de habitação e saneamento, são instrumento de geração de emprego e renda.

– O maior contencioso do mundo transformou-se no maior acordo do mundo na Câmara. O presidente poderia simplesmente continuar discutindo isso até 2002 e esperar as ações na Justiça, mas apresentou propostas para enfrentar o problema – afirmou o ministro.

vem ser corrigidos, mas não às custas de retirar a competitividade da empresa brasileira, que precisa continuar gerando empregos – afirmou Alencar, para quem o impasse em torno do reajuste do FGTS foi criado pelas altas taxas

de juros praticadas em nome da estabilidade do real.

O ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, argumentou que, apesar de terem que recolher as novas contribuições, as empresas não terão que arcar

com a correção da multa de 40% sobre o saldo do FGTS, que foi paga aos trabalhadores antes de autorizada a correção. Somente em 2000, informou o ministro, 12,7 milhões de trabalhadores foram demitidos.

Além de José Alencar, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) apresentou seis emendas ao projeto aprovado pelos deputados. Caso as alterações sugeridas sejam acatadas pelo Senado, a matéria terá que voltar à Câmara, onde foi aprovada com 400 votos favoráveis e três contrários, com o apoio dos partidos da base de sustentação do governo e do Bloco Oposição.

Forma de pagamento da correção do FGTS						
Faixas	Número de contas	% sobre o total de contas	Data e forma de pagamento ^a	Deságio	Valor ^{**}	% sobre o total
Até R\$ 1 mil	54 milhões	89,8%	Integral, até junho de 2002	0%	R\$ 6,8	16,7%
De R\$ 1 mil a R\$ 2 mil	2,5 milhões	4,2%	Dois parcelas semestrais. A 1ª, em julho de 2002, será de R\$ 1 mil	0%	R\$ 3,2	7,9%
De R\$ 2 mil a R\$ 5 mil	2,3 milhões	3,8%	Cinco parcelas semestrais a partir de janeiro de 2003	8%	R\$ 6,7	16,6%
De 5 mil a R\$ 8 mil	552 mil	0,9%	Sete parcelas semestrais a partir de julho de 2003	12%	R\$ 4,6	11,3%
Acima de R\$ 8 mil	756 mil	1,3%	Sete parcelas semestrais a partir de julho de 2004	15%	R\$ 19,3	47,5%
Total	60,108	100%			R\$ 40,6	100%

^a Para quem firmar o termo de adesão
^{**} em bilhões
 Obs.: As parcelas serão reajustadas pela Taxa Referencial (TR), mais juros de 3%

Fontes de recursos previstas para pagamento da correção do FGTS
 • Contribuição de 0,5% sobre a folha de pagamento a ser paga por empresas de médio e grande porte
 • Contribuição de 10% devida pelas empresas todas as vezes que demitirem um trabalhador sem justa causa
 • R\$ 6 bilhões do Tesouro Nacional
 Obs.: O deságio no crédito dos trabalhadores que têm mais de R\$ 2 mil a receber é considerada a quota cedida pelos trabalhadores para resolução do contencioso.

Discussão sobre LDO termina na próxima semana

A Comissão de Orçamento marcou para terça e quarta-feira reuniões para debater o relatório da deputada Lúcia Vânia ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Carlos Bezerra, presidente do colegiado, disse que será rigoroso no cumprimento dos prazos

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização vai realizar durante as reuniões da próxima semana a última rodada de discussões sobre a nova LDO 2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), antes de encaminhar o texto, ainda no início da segunda quinzena deste mês, à Mesa diretora do Congresso Nacional. O presidente da comissão, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), disse que será rigoroso no cumprimento dos prazos determinados para a tramitação da matéria.

Nas próximas horas a comissão deverá receber o parecer final da relatora da proposta, deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO). Após a entrega do parecer, inicia-se o prazo de sete dias para a apresentação de emendas. A deputada concede hoje, às 10h, na sala da comissão, entrevista coletiva à imprensa para explicar o teor do seu relatório.

As reuniões da Comissão Mista de Orçamento destinadas à discussão do relatório de Lúcia Vânia ocorrerão terça-feira, às

14h30, e quarta-feira, às 9h.

O presidente do colegiado, senador Carlos Bezerra, espera que até o final do mês o Plenário do Congresso Nacional tenha discutido e aprovado a proposta apresentada pelo governo, que já estará revista e emendada pela Comissão Mista de Orçamento. O texto traz as diretrizes orçamentárias a serem obedecidas pelo orçamento fiscal e da Previdência do próximo ano.

Parlamentares do PT informaram na comissão que o partido estará promovendo na próxima terça-feira seminário, na Câmara dos Deputados, para debater a LDO com representantes da sociedade. Os resultados das discussões serão aproveitados pelo partido na



Carlos Bezerra espera que a LDO seja aprovada pelo Congresso até o final do mês

apresentação de emendas ao projeto de lei.

Lei traz parâmetros para o orçamento do ano que vem

O projeto da LDO para 2002, em análise na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, deverá deixar o Congresso Nacional, após exame e votação em Plenário, ajustado com o esforço nacional na busca de saídas para a crise de energia elétrica vivida pelo país.

Prevista pelo artigo 165, parágrafo 2º, da Constituição, a LDO cria diretrizes e parâmetros que têm de ser obedecidos pelos legisladores e autoridades do Poder Executivo na elaboração e execução do orçamento federal do ano seguinte.

A lei compreende, como diz a Constituição, "as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da lei orçamentária anual" e dispendo sobre as alterações na legislação tributária. Estabelece ainda a política de aplicação das agências de fomento.

A LDO diz, portanto, como será a essência do orçamento do ano seguinte, ou seja, define as linhas mestras que vão orientar o governo sobre como gastar o que será arrecadado. Esse detalhamento sobre como gastar virá no orçamento, ou lei orçamentária anual, que deve obediência ao que está previsto na LDO, que a antecede. Daí o interesse que o seu debate desperta entre os parlamentares, preocupados em garantir medidas que possam beneficiar e levar o desenvolvimento do país.

Com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (que fixa critérios rígidos para gastos do setor público e estabelece punições a quem gastar de forma irresponsável o dinheiro público), a LDO passou também a ter outras atribuições, destacando-se o estabeleci-

mento de metas fiscais; a fixação de critérios para limitação de empenho e movimentação financeira; avaliação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); e expansão das despesas obrigatórias de natureza continuada e dos riscos fiscais.

A proposta da LDO para 2002, em discussão na Comissão de Orçamento, prevê entre as metas fiscais orçamentárias para o próximo ano resultado primário (receitas menos despesas, exclusive os encargos com a dívida pública) de R\$ 31,69 bilhões, equivalente a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo R\$ 26,4 bilhões oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade e R\$ 5,2 bilhões das estatais.

A LDO já traz embutidos no seu conteúdo parâmetros gerais que permitem dizer, por exemplo, se haverá reajuste do salário mínimo no ano seguinte (no caso 2002); se ocorrerá reajuste salarial para o funcionalismo público federal; e qual a taxa prevista de crescimento do PIB e da arrecadação tributária. Esses índices não ficam assinalados de forma explícita, pois estão embutidos nos parâmetros traçados na proposta, sendo necessária uma leitura técnica para identificá-los.

Pelo exame desses parâmetros, o salário mínimo apenas acompanharia a inflação em 2002, e o funcionalismo público teria um reajuste salarial de aproximadamente 10%. O crescimento econômico previsto situava-se em torno de 4%. Diante da crise energética, contudo, é provável que o governo queira rever esses parâmetros, a partir da esperada queda nos índices de crescimento econômico e de aumento da inflação.

Relatora propõe que estatais voltem a investir

As empresas estatais poderão ficar livres para investir em 2002, libertando-se da camisa-de-força imposta pela exigência de participar da realização de superávit primário do setor público, que deverá chegar ao nível de R\$ 31,69 bilhões no próximo ano, conforme as



Deputada Lúcia Vânia é a relatora do projeto da LDO para 2002

metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A mudança radical nos parâmetros dos gastos públicos consta do parecer que a relatora do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2002, deputada Lúcia Vânia, deverá apresentar, na próxima semana, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Segundo o parecer da relatora, concluído ontem, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), vai também, por força da LDO,

dar prioridade absoluta ao financiamento dos novos projetos de geração e transmissão de energia elétrica para, desse modo, fazer frente à crise energética, abreviando as soluções de curto e médio prazos.

O parecer da deputada, ao propor mudanças no projeto da LDO, deixa o governo livre para fixar nova política de reajuste para os salários dos servidores públicos e o salário mínimo. Também para definir os limites de emissão de títulos públicos destinados a cobrir os compromissos de pagamento do resíduo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme acordo firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e entidades patronais e de trabalhadores.

A liberação das empresas estatais da obrigação de ter de participar da formação do su-

perávit primário não vai significar escassez de recursos para outros setores prioritários, como a área social, explicou a relatora da proposta da LDO 2002.

O governo, segundo a deputada, poderá compensar a liberação de investimentos das estatais equivalentes a 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2002 e assim garantir o cumprimento das metas acertadas com o FMI por meio do aumento da arrecadação tributária. Esse aumento, explica a relatora, não virá da ampliação da carga tributária (estimada atualmente em 30% do PIB), mas da revisão nas estimativas de taxas de inflação para 2002 (que em razão da crise energética e do câmbio será maior que a esperada).

Além disso, explicou, haverá ganhos obtidos pelas próprias estatais, como é o caso da Petrobras, que pode ser beneficiada por aumentos dos preços do petróleo no mercado internacional e por uma maior desvalorização cambial.

Projeto será votado pelo Congresso em 27 de junho

O presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou ontem em Plenário que haverá sessão do Congresso Nacional, no dia 27 de junho, às 14h, para que seja apreciado o projeto sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002. A sessão será no Plenário da Câmara. Jader também comunicou a realização de sessões deliberativas no Senado, de segunda a sexta-feira, no período que vai do dia 18 deste mês a 2 de julho.



Entre a senadora Marluce Pinto e os senadores Edison Lobão e Ney Suassuna, Jader Barbalho preside a sessão do Congresso Nacional

Aprovados créditos de R\$ 598,8 milhões

O Congresso Nacional aprovou ontem diversos créditos suplementares, num total de R\$ 598,8 milhões. O Ministério da Defesa ficou com a maior parte dos recursos, R\$ 384,1 milhões, que serão utilizados pela Força Aérea Brasileira na manutenção, modernização, revitalização e aquisição de aeronaves. O Ministério da Integração Nacional obteve R\$ 70 milhões em recursos suplementares.

O Ministério da Agricultura e do Abastecimento teve sua dotação orçamentária reforçada em R\$ 30 milhões, destinados a corrigir um erro do governo, que deixou diversas prefeituras en-

dividadas por não terem recebido recursos já investidos nas áreas rurais dos respectivos municípios. A Presidência da República também conseguiu R\$ 14,7 milhões para custear viagens, entre outras despesas.

Mato Grosso e Paraná também foram beneficiados com dotações já consignadas no orçamento da União. Para Mato Grosso foi autorizada a execução dos contratos IC 25/98 e IC 29/98, referentes à restauração de rodovias estaduais. O Plenário também autorizou a execução de contratos relativos à obra de duplicação da BR-116, na divisa do Paraná com São Paulo.

Maior parte dos recursos vai para melhoria da Aeronáutica

O crédito suplementar de R\$ 384,1 milhões, aprovado na sessão de ontem do Congresso Nacional (veja matéria acima), havia recebido parecer favorável da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em reunião realizada ontem de manhã. Os recursos serão utilizados ainda este ano, basicamente, no Plano de Revitalização da Força Aérea Brasileira (R\$ 309,11 milhões) e no Programa de Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica.

Os senadores e deputados da comissão aprovaram também o relatório encaminhado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, dando ciência da apuração de um superávit primário nas contas do setor público consolidado equivalente a 2,59% do PIB (Produto Interno Bruto), acumulado até o terceiro trimestre do ano 2000, contra 2,97% apurados no mesmo período de 1999 (janeiro-setembro).

O parecer favorável à aprovação das contas foi elaborado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO) e lido pelo senador Jonas Pinheiro

(PFL-MT). O resultado positivo apurado pelo governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) foi de R\$ 20,3 bilhões. O déficit da Previdência no período foi de R\$ 5,7 bilhões.

TRÁFEGO ILÍCITO

Como relatora do pedido de suplementação de recursos para o Ministério da Defesa, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse que o Plano de Revitalização da Força Aérea Brasileira tem por metas principais a aquisição, a modernização e o desenvolvimento de aeronaves militares, visando ao treinamento, a baixo custo, de pilotos que vão operar equipamentos avançados nas atividades de patrulhamento das fronteiras do país e no controle do espaço aéreo brasileiro, principalmente na interceptação de tráfegos ilícitos. O plano vai ajudar o Brasil a combater o narcotráfico na fronteira, principalmente na região da Amazônia. Ao longo de sua execução, segundo a relatora, serão criados mais de 800 empregos diretos e quase 2 mil indiretos.

Planos plurianuais vão orientar política agrícola

Projeto de lei aprovado ontem pelo Plenário estabelece que instrumentos como pesquisa, assistência e crédito para o setor deverão seguir os PPAs

Projeto de lei da Câmara que altera a política agrícola brasileira foi aprovado ontem pelo Plenário. O texto, que vai agora à sanção, estabelece que instrumentos de política agrícola como pesquisa, assistência técnica e crédito devem orientar-se pelos planos plurianuais (PPAs). O objetivo é melhorar o funcionamento dos órgãos encarregados da implementação e monitoramento da política para o setor. Os planos de safras e os PPAs, conforme o projeto, deverão levar em consideração as especificidades regionais, bem como os ecossistemas homogêneos, o tipo de produto, a vocação agrícola e as necessidades diferenciadas de abastecimento,

estoque e exportação.

O Plenário aprovou também o texto da convenção, assinada por Brasil e Portugal, destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento. Também foi acatado o convênio do Banco Central com a Corporação Andina de Fomento (CAF), instituição financeira multilateral que congrega Bolívia, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela, além de 22 bancos privados, com o objetivo de incentivar a integração da região.

Ainda na sessão de ontem transcorreu o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do

senador Jefferson Péres (PDT-AM) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

RÁDIOS

Os senadores também autorizaram a renovação das concessões das rádios Fundação Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo, de Cariacica (ES), e Auriflamma de Comunicação, de Auriflamma (SP). As rádios Fundação Educacional São Pedro, de Araguaína (TO), e Correo do Vale, de Itaporanga (PB), tiveram suas concessões outorgadas. As rádios comunitárias Associação dos Moradores e Produtores de Carinhanha (BA) e Associação Educativa de Radiodifusão Santa Cruz das Palmeiras (SP) foram autorizadas a operar.

Mozarildo pede maior atenção do governo para a Embrapa

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu ontem a atenção do governo federal, especialmente do ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratinde Moraes, para a situação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Mozarildo informou que os funcionários da empresa, paralisados desde quarta-feira, têm perdas salariais acumuladas em torno de 20% e há seis anos os pesquisadores estão com o percentual de titularidade congelado.

A Embrapa vive, conforme Mozarildo, uma das piores situações financeiras de sua histó-

ria. Apesar de ter um orçamento aprovado para este ano de R\$ 617 milhões, apenas 10% tinham sido liberados até o final de maio, inviabilizando pesquisas e impossibilitando o pagamento de contas de luz, água e combustível e a compra de insumos e reagentes. Mozarildo destacou que a empresa contribui para o desenvolvimento tecnológico do país há 28 anos. Só nos últimos dois anos ofereceu à sociedade brasileira mais de 4 mil novos produtos.

A empresa tem 8.500 empregados, dos quais 2 mil são pesquisadores, 54% deles com mes-



Segundo Mozarildo, salários dos funcionários estão defasados

trado e 43% com doutorado. O trabalho da Embrapa permitiu que a maior parte das famílias brasileiras gaste 20% menos em média com alimentação, segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo (USP). Entre os produtos resultantes do trabalho da empresa estão o algodão colorido, milho com proteína de alta qualidade e técnica de adubação orgânica na agricultura.

Jucá elogia avanços dos serviços telefônicos em RR

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) relatou ontem em Plenário os resultados dos esforços no sentido de melhorar e ampliar os serviços de telefonia em Roraima. Após gestões junto à Telemar, Jucá foi informado de que as metas de instalação de telefones e ampliação de serviços previstas para 2003 foram antecipadas para dezembro deste ano.

Na avaliação do senador, a privatização da telefonia em Roraima foi altamente proveitosa, não só na capital, Boa Vista, como também nas localidades do interior.

Carlos Bezerra diz que Armínio Fraga persegue o PMDB

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) afirmou em Plenário que o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, está "perseguido o PMDB". Ele acusa Fraga de ser a fonte de uma nota publicada ontem pelo colunista Ricardo Boechat, do jornal O Globo, segundo a qual o interesse de Bezerra no caso do Banco Marka seria uma estratégia para conseguir recursos destinados às obras da ferrovia Ferronorte.

— Repilo essa nota mentirosa. Procurei o presidente do Banco Central para defender os interesses do país — disse Bezerra.

Cândido alerta para aumento da violência

Os crescentes índices de violência e criminalidade foram criticados ontem pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Ele informou que apenas no primeiro trimestre de 1999 foram registrados 23 mil homicídios no país, o que permite estimar que esse número deverá ultrapassar 50 mil por ano. "Efetivamente, nossos índices de violência são estonteantes." Geraldo Cândido acrescentou que a quantidade de homicídios cometidos no país pode ser comparada com a guerra civil na Colômbia.

Ricardo Santos divulga programa da Unesco

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) divulgou em Plenário o programa *Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz*, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). O programa consiste em abrir as escolas nos fins de semana, criando espaço para que os jovens, especialmente os que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social, realizem atividades culturais, desportivas e de lazer. O programa foi implantado com sucesso no Rio de Janeiro, promovendo maior diálogo entre professores e alunos, diminuindo os índices de absentismo e reaproximando o jovem e a comunidade da escola.

O programa também está sendo implantado em Pernambuco, está em fase inicial na Bahia, Alagoas, Mato Grosso e nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Maceió, Natal, Palmas, Olinda e Recife, informou o senador. A idéia surgiu como resultado de pesquisas da Unesco mostrando que o jovem brasileiro olha para o futuro com dúvidas, é indiferente às instituições sociais e não se sente comprometido com o país. Grande contingente vive excluído socialmente



Ricardo Santos: programa permite que jovens desenvolvam atividades culturais e de lazer

e reclama da ausência de espaços, equipamentos e oportunidades para realização de atividades culturais, desportivas e de lazer.

Ricardo Santos destacou que a sociedade está tendo maior consciência da importância da educação, tanto para o desenvolvimento do país como um todo, como para o progresso individual das pessoas. Para o senador, é consenso que o desenvolvimento sustentado e a construção da cidadania exigem a organização de um sistema nacional de educação de qualidade, setor em que, a seu ver, o Brasil vem alcançando progressos, especialmente no ensino fundamental.

Maldaner defende projeto que restringe "enlatados" na TV

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem, em Plenário, a aprovação do projeto que modifica a programação das televisões voltada para o público de zero a 16 anos, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), e a proposta que institui fundo nacional destinado a fornecer alimentação a crianças carentes de zero a 6 anos, nos moldes da merenda escolar. As duas propostas estão sendo apreciadas pela Comissão de Educação (CE).

Maldaner explicou que a proposta que altera a programação das televisões para a juventude poderá promover uma grande revolução nos aspectos educacionais e culturais. Ele explicou que essa nova programação evitaria, sobretudo, a utilização dos chamados "enlatados", que só levam os jovens à prática da violência e à assimilação de valores culturais estrangeiros.

O senador acrescentou que esse tipo de programação deverá ser desenvolvido por um conselho de alto nível, que poderá elaborar



Casildo Maldaner considera que projeto pode promover revolução educacional

programação educacional e cultural, em que os reais valores humanos e sociais serão enfatizados, preparando crianças e adolescentes para a vida futura.

Com relação ao fundo para a alimentação de crianças carentes de zero a seis anos, Maldaner explicou que a iniciativa é de fundamental importância para a formação de uma geração de brasileiros mais bem nutrida e saudável. Ele lembrou que até os seis anos a criança necessitada não tem acesso à escola, portanto, não recebe a merenda escolar.

Weffort: cinema brasileiro entra na escala industrial

Ministro da Cultura prevê na Subcomissão de Cinema do Senado que país poderá produzir mais filmes e obter lucros

O ministro da Cultura, Francisco Weffort, disse à Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática que o cinema brasileiro se prepara para entrar em uma nova fase, a da escala industrial. Mas para que isso ocorra, observou, é necessária uma nova política para o cinema, incluindo o fortalecimento de empresas cinematográficas.

O primeiro passo, disse Weffort, foi dado com a criação do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria do Cinema (Gedic), em fase de implantação pelo governo federal. Segundo ele, o órgão poderá ser a alavanca para que o cinema nacional possa produzir mais filmes e ter lucros. Ele pediu a união de todos os setores do cinema – produtores, artistas, executivos e distribuidores – no sentido de apoiar essa nova fase.

Francisco Weffort, que é membro do Gedic, lembrou que o governo vem contribuindo para o fortalecimento do cinema nacional com medidas legais que permitem incentivos fiscais para quem investe no setor. O ministro ressaltou, no entanto, que o cinema tem que buscar no mercado novos investimentos. Ele garantiu que o país tem capacidade técnica, cultural e artística para criar o que chamou de conteúdos de uma indústria



Francisco Weffort pediu a união de todos os setores do cinema e defendeu política que estimule fortalecimento das empresas

cinematográfica forte.

DIVULGAÇÃO

O produtor Luiz Carlos Barreto, que também participou da audiência pública, falou sobre a necessidade de duplicação das salas de exibição em todo o país. Ele também defendeu ampla negociação com as redes de televisão, no sentido de que passem a apoiar o cinema, exibindo e divulgando os filmes nacionais e a cultura brasileira. Barreto, que também é membro do Gedic, entende que o cinema nacional deve ser mostrado em vídeos e DVDs e divulgado na Internet.

O distribuidor de cinema Rodrigo Saturnino Braga é de opinião que o país não pode ter uma indústria cinematográfica forte, sem um mercado forte. Ele entende que devem ser construídas novas salas de exibição – hoje em

torno de mil – para atender as classes B, C e D, principalmente em pequenas e médias cidades, como forma de se resgatar o público do cinema brasileiro.

POLÍTICA

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) mostrou-se preocupado com o futuro do cinema brasileiro e voltou a pregar uma política clara para o setor. Ele apontou falhas em vários setores, entre os quais distribuição e informação. José Fogaça (PMDB-RS) pediu a criação de uma agência de fomento para o setor cinematográfico.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) pediu ao ministro Weffort a construção de salas populares de exibição de filmes, enquanto Ricardo Santos (PSDB-ES) pregou o ingresso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Gedic.

Jornalista fala de exclusão social na América Latina

O programa *Entrevista*, da TV Senado, recebe a jornalista Arcelina Helena Públio Dias, autora do livro *Sinais de Esperança*, que conta a história de sua peregrinação de 90 dias por seis países da América Latina. Ela fala dos vários tipos de exclusão social e da realidade da pobreza latino-americana. O programa vai ao ar às 7h30 e 20h30.

No programa *Quem tem medo da música clássica?*, exibido às 24h, dois concertos para violão e cordas. O solista Mauro Barrueco, acompanhado da Orquestra de Câmara de Praga, executa composições de Antonio Vivaldi e Mauro Giuliani.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – Cidadania – O sen. Nilo Teixeira e a diretora de formação profissional do Senac, Léa Viveiros, falam sobre a formação profissional
7h30 – Entrevista – A jornalista Arcelina Helena Dias fala sobre o livro *Sinais de Esperança*
8h – Jornal do Senado – As principais notícias do dia
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Reunião conjunta da Comissão de Fiscalização e Controle e da Comissão Mista do Apagão – Audiência pública com Pedro Parente, Ministro da Casa Civil e da Câmara de Gestão, e José Jorge, Ministro de Minas e Energia (gravado)
19h30 – Cidadania – O sen. Geraldo Althoff e o pediatra Máiron Lima falam sobre o alimento infantil
20h30 – Entrevista – A jornalista Arcelina Helena Dias fala sobre o livro *Sinais de Esperança*
21h – Jornal do Senado – As principais notícias do dia

21h30 – Espaço Cultural – Beló Veloso
22h30 – Teatro Arthur Azevedo – Razaméria com o Coral São João
24h – Quem tem medo da música clássica? – Antônio Vivaldi

RÁDIO SENADO

HOJE

7h – Música, informação e serviços
8h – Senado Primeira Hora
As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida música e informação
14h15 – Senado Notícias
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h – A Voz do Brasil
20h – Música e informação
22h – Senado Notícias – Edição da noite
23h – Música do Brasil

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Comissão mista ouvirá ministros e governadores

Pedro Malan, Martus Tavares, Itamar Franco, Olívio Dutra e Almir Gabriel estão entre os nomes aprovados. Relator, senador Paulo Souto, foi encarregado de agendar os diversos depoimentos

A comissão mista especial criada para estudar a crise de energia pretende ouvir os ministros Pedro Malan, da Fazenda, Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Alcides Tápias, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em reunião administrativa realizada ontem, os deputados e senadores que integram a comissão decidiram também realizar audiências com os governadores de Minas Gerais, Itamar Franco, do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, do Paraná, Jaime Lerner, e do Pará, Almir Gabriel.

Coube ao relator da comissão, senador Paulo Souto (PFL-BA), a atribuição de agrupar e agendar os diversos depoimentos aprovados. Ele ressaltou a importância de a comissão apresentar sugestões o mais rapidamente possível, já que discute um problema emergencial. Souto apresentou requerimento sugerindo ao ministro da Casa Civil, Pedro

Parente – que coordena o Comitê Executivo de Gestão da Crise Energética –, que exclua do racionamento os consumidores de energia das áreas rurais da Região Nordeste, que já se encontram em estado de calamidade pública.

O requerimento para convocação dos ministros foi apresentado pelo deputado Marcos Cintra (PFL-SP). Ele quer que sejam também ouvidos, entre outros, o presidente de Furnas Centrais Elétricas, Luiz Carlos Santos, e o diretor da Itaipu Binacional, Euclides Scalco.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) foi o autor do requerimento para o convite ao governador Almir Gabriel. Os outros governadores serão convidados a partir de requerimento apresentado pelo deputado Fernando Ferro (PT-PE). O deputado Luciano Zica (PT-SP), por sua vez, pediu que seja ouvido o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, para falar sobre as 14 usi-

nas termelétricas a gás natural em implantação.

Os senadores Paulo Hartung (PPS-ES), Pedro Simon (PMDB-RS) e Heloísa Helena (PT-AL) – ao lado dos deputados Fernando Ferro e Fernando Gabeira (PV-RJ) – solicitaram que sejam ouvidos os pesquisadores Ildo Sauer, Maurício Tolmasquim, Luiz Pinquelli Rosa e Bautista Vital.

O deputado Juquinha (PSDB-GO) pediu à Agência Nacional de Energia Elétrica informações sobre todos os concessionários vencedores dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica já realizados. Foi também aprovado requerimento do deputado Clementino Coelho (PPS-PE) pedindo que sejam ouvidos os ex-ministros Luís Carlos Bresser Pereira e Luiz Carlos Mendonça de Barros sobre o modelo de privatização do setor energético.



Comissão mista criada para estudar a crise de energia realizou reunião administrativa e aprovou audiências

Ademir critica imposição de racionamento à Região Norte

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou ontem o governo federal pela intenção de impor racionamento de energia elétrica à Região Norte, o que afetaria especialmente os estados do Pará e do Maranhão. Embora esteja localizado na Região Nordeste, este último é abastecido pela energia gerada na hidrelétrica de Tucuruí, no Pará.

Ademir argumenta que há alternativas ao racionamento. O governo poderia, por exemplo, determinar a redução das atividades de duas indústrias beneficiadoras de alumínio – a Albras/Alunorte, no Pará, e a Alcoa, no Maranhão –, que consomem energia elétrica de forma intensiva e compram com alto subsídio um terço da produção de Tucuruí.

Essas empresas estão querendo vender ao governo a energia que economizarem, sem retribuir, num momento de crise, o subsídio que têm recebido, disse Ademir.

Na opinião do senador, outra razão para que a sociedade e as forças políticas paraenses reajam é que o governo estaria dando à crise uma dimensão exagerada. O intuito seria o de tirar do noticiário temas negativos para o governo, como as denúncias de corrupção.

Discordando do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que o aparteu, Ademir disse não acreditar que o racionamento irá durar dois anos. Requião apoiou suas previsões nos longos prazos exigidos para a construção de hidrelétricas



Ademir: governo tenta tirar denúncias de corrupção do noticiário

e no atraso do programa de montagem de termelétricas movidas a gás.

– O governo tomou várias decisões e depois voltou atrás nos seus planos quanto ao racionamento. Se o problema fosse tão grave, o racionamento deveria ter começado em maio e com medidas mais duras – afirmou Ademir, para quem o presidente Fernando Henrique Cardoso “é um incompetente”. Ele voltou suas críticas também ao governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), que estaria assumindo “atitude passiva” diante das imposições do governo federal.

Paulo Hartung propõe incentivar produtos que economizam energia

Projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) isenta da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) produtos e equipamentos capazes de proporcionar economia de energia elétrica e destinados a reaparelhar residências e estabelecimentos comerciais e industri-



Projeto de Hartung está na Comissão de Assuntos Econômicos

ais. Ficam também isentos desses impostos os insumos destinados à produção de tais aparelhos e equipamentos. A Comissão de Assuntos Econômicos examina o projeto, tendo como relator o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

De acordo com o projeto, o presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia

Elétrica terá 30 dias para publicar portaria relacionando os produtos isentos do IPI e II. No caso de a portaria não ser publicada, o interessado poderá obter a isenção mediante medida liminar, desde que comprove a capacidade de economizar energia do equipamento.

Hartung afirma que o projeto pretende incentivar a redução dos custos de fabricação e importação desses produtos, tornando mais barata, sobretudo para as famílias, a mudança dos equipamentos, a exemplo da troca de lâmpadas incandescentes para fluorescentes.

Tocantins não pode ser obrigado a racionar, diz Carlos Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) repudiou a possibilidade de o Tocantins ser obrigado a racionar energia elétrica, como anunciaram as autoridades que estão gerenciando a crise no setor. Ele argumentou que o estado gasta apenas 1% do consumo do país e usa energia proveniente da hidrelétrica de Tucuruí (PA), que está vertendo água por falta de linhas de transmissão para aproveitar todo o seu potencial.

Segundo o senador, a hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães entrará em funcionamento no segundo semestre, adicionando 170 megawatts ao sistema energético do país. “Por esses motivos, não podemos aceitar que o Tocantins seja incluído no racionamento, decisão que poderá atrapalhar in-



Patrocínio: medida poderá atrapalhar indústrias em expansão

dústrias em expansão no estado”, frisou.

Patrocínio anunciou que o governador do Tocantins, Siqueira Campos, vai conversar com os ministros Pedro Parente e José Jorge, e até com o presidente Fernando Henrique Cardoso, para tentar solucionar o impasse. “O racionamento não pode ser impingido ao governo, empresários e população tocantineses. Não há motivos técnicos que justifiquem essa medida”, garantiu.

O senador manifestou, por outro lado, sua satisfação com o final da greve dos policiais militares no Tocantins, “sem mortes ou traumatismos”. Ele aplaudiu a “atitude serena” do governador Siqueira Campos e a participação decisiva do Exército que, “com bom senso”, pôde contornar a situação.

Eduardo elogia programa tocantinense de privatização

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou o êxito do programa de privatização das hidrelétricas do Tocantins, ao anunciar que a entrada em operação da primeira turbina da Usina Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado, foi antecipada de dezembro para outubro próximo.

O senador lembrou que a Usina de Lajeado foi a primeira hidrelétrica brasileira privatizada antes de ser construída, para que a obra fosse realizada com recursos particulares. “Isso prova o acerto da política que tenho defendido de privatizar para



Eduardo defende privatização para trazer investimentos

trazer investimentos, ao invés de investir recursos públicos para depois privatizar”, afirmou.

Eduardo disse que pretendia comunicar uma “agenda positiva” ao país. Nesse sentido, acrescentou que já está marcada para 26 de junho a licitação da Usina do Peixe. A exemplo do que aconteceu com a Usina de Lajeado, garantiu, a expectativa é de que, dentro de 36 meses, ela possa iniciar sua operação. Para o senador, fatos como esses demonstram que o Brasil “não é feito apenas de crises e escândalos”.

Ornélas pede mobilização para salvar o São Francisco

Senador adverte que situação pode se tornar irreversível, condenando à desertificação "nada menos do que 7,5% do território nacional"

Ao conclamar governo e sociedade a promoverem uma cruzada para salvar o São Francisco, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) alertou que não se pode confundir a crise energética com a situação crítica do rio, porque a primeira é temporária e pode ser solucionada com investimentos, enquanto a segunda é permanente e irreversível. "Se nada for feito, em dois a cinco anos o Rio São Francisco estará morto", garantiu.

Entre as soluções para impedir essa catástrofe, Ornélas aponta a recuperação das matas ciliares, o combate ao assoreamento do rio e a ampliação da transmissão de energia elétrica da região Norte para o Nordeste, permitindo que as águas do São Francisco sejam prioritariamente utilizadas em irrigação, produção de alimentos e abastecimento da população.

Segundo Ornélas, as decisões políticas são as mais importantes para assegurar que as soluções técnicas não permaneçam no papel. É urgente a implantação efetiva do Comitê de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com participação da União, estados e municípios da região na elaboração de uma política inte-



Waldeck Ornélas quer implantação efetiva do Comitê de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

grada de socorro ao rio. "Tendo em vista a situação de emergência em que se encontram as margens do lago de Sobradinho, estou propondo a constituição imediata de um grupo de trabalho", anunciou.

O senador fez um apelo aos governadores, representantes das Assembléias Legislativas, entidades empresariais, pesquisadores, barranqueiros e a sociedade em geral, reunidos esta semana em Pirapora (MG), para tomarem posição diante da crise, pressionando o governo federal a elaborar e cumprir um programa efetivo de recuperação do São Francisco.

Para Ornélas, não basta que vol-

te a chover em Minas para que a crise do São Francisco seja resolvida. "Não podemos e não devemos continuar a ser uma nação imprevidente e irresponsável, se não quisermos condenar à desertificação nada menos do que 7,5% do território nacional", salientou.

Em apartes, os senadores Roberto Freire (PPS-PE), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Nova da Costa (PMDB-AP) também manifestaram preocupação com o Rio São Francisco. Para o senador José Alencar (PMDB-MG), uma solução permanente passa pela transposição de parte das águas do Rio Tocantins para aumentar a vazão do São Francisco.



Francelino: iniciativa deve favorecer a revitalização do São Francisco

Lopes Filho, e deve favorecer a revitalização do São Francisco. Lançada na semana dedicada ao meio ambiente, essa campanha, na opinião do senador mineiro, "é um marco na contagem regressiva para a comemoração dos 500 anos do rio".

Sem querer entrar no mérito da transposição das águas do São Francisco, Francelino Pereira declarou-se favorável ao projeto, desde que ele seja precedido de um estudo detalhado da situação das nascentes e afluentes do rio. De acordo com o parlamentar, a população de Minas está preocupada com os efeitos da alteração do curso do rio, que "está doente e pode morrer antes da transposição".

Na perspectiva de auxiliar na recuperação do "Velho Chico", o se-

ador informou que prefeituras e entidades civis de 53 municípios do estado já formaram o Comitê da Bacia do São Francisco. A preocupação central desse organismo, adiantou, é com a redução dos níveis de poluição e assoreamento do São Francisco, que vêm causando prejuízos à pesca e à navegabilidade.

— É preciso perenizar as águas do São Francisco para que ele faça jus ao nome de rio da unidade nacional — declarou Francelino. Em aparte, Amir Lando (PMDB-RO) uniu-se ao apelo, sustentando que "o Brasil precisa salvar o rio símbolo do próprio território nacional".

Maria do Carmo: falta vontade política para enfrentar a seca

A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) criticou em Plenário, ontem, a falta de vontade política do governo federal para solucionar definitivamente o problema da seca nordestina. Ela lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso contou sempre com amplo



Maria do Carmo defende execução do projeto "Novo Nordeste"

apoio no Congresso para aprovar todas as suas proposições, e que poderia ter implementado o projeto "Novo Nordeste", capaz de mudar a situação socioeconômica da região. Maria do Carmo afirmou que, neste momento, 174 mil trabalhadores estão passando fome no estado de Sergipe em decorrência da seca.

A senadora comparou o Nordeste a outras regiões áridas ao redor do mundo, como o Oeste norte-americano, Israel e até extensas áreas na China e na Índia, que se têm tornado férteis e produtivas. A seu ver, o Brasil enfrenta a seca nordestina de modo primário, com métodos semelhantes aos que eram utilizados no tempo do Império, ao passo que outros países transformaram terras áridas em produtoras de alimentos para grandes populações.

O mau uso dos recursos públicos — usados apenas em obras emergenciais — e o baixo aproveitamen-

to da tecnologia existente para o combate à seca, além da falta de planejamento e de implementação de programas permanentes para solucionar os problemas do Nordeste, foram também criticados pela senadora.

Maria do Carmo defendeu ainda a revitalização do Rio São Francisco, como uma das soluções para a seca.

— A transposição do São Francisco está hoje inviabilizada, pois o nível do rio baixou de tal forma que nem as áreas próximas estão livres de desabastecimento. Antes de transpor, é necessário um sério projeto de revitalização — disse.

A senadora mencionou declaração do ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, responsável pela Câmara Setorial de Convívio com a Seca, que reconheceu o fracasso da política governamental nessa área. Refutou, porém, os ataques de Jungmann à classe política nordestina. Em apartes, os senadores Luiz Pontes (PSDB-CE), Ricardo Santos (PSDB-ES) e Waldeck Ornélas (PFL-BA) solidarizaram-se com Maria do Carmo e exigiram do governo uma política permanente para aproveitar o potencial econômico do Nordeste.

Suassuna insiste em urgência no envio de carros-pipa

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) voltou a reclamar em Plenário, ontem, da morosidade do governo federal para enviar auxílio, através de carros-pipa, à população do sertão da Paraíba vítima da seca. De acordo com o senador, há 14 dias o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, responsável pela Câmara Setorial de Convívio com a Seca, ordenou que carros-pipa abastecessem cidades do Polígono das Secas, mas até agora nada aconteceu.

— Venho clamar urgência, mais uma vez. É muito difícil nos conformarmos com uma situação como essa — disse Suassuna, alertando para "a fome e a sede do povo sertanejo, que já tem efetuado saques para sobreviver".



Ney Suassuna lamenta demora de 14 dias no cumprimento da ordem de Raul Jungmann

Especial da TV Senado mostra situação no Nordeste

A seca do Nordeste é tema do programa *Fundação Joaquim Nabuco*, da TV Senado, que vai ao ar amanhã e domingo, às 9h e 19h. Passando por várias cidades do sertão nordestino, o programa mostra o drama de moradores e comerciantes da região que sofrem com a estiagem.